

Cachaça e escravidão em Ilhéus: 1850-1888¹Marcelo Loyola de Andrade²*Cachaça and slavery in Ilhéus: 1850-1888**Cachaza e esclavitud en Ilhéus: 1850-1888*

Resumo

Este artigo analisa o trabalho escravo e a produção de aguardente de cana em Ilhéus, sul da Bahia, entre 1850 e 1888, utilizando como fontes principais inventários *post mortem*, livros de cobrança de impostos, livro de classificação dos escravos, Recenseamento do Brasil (1872) e relatos de viajantes estrangeiros. Nesse período, a economia da localidade se desenvolveu com a expansão de engenhos de açúcar e o cultivo de cacau, entre outras atividades econômicas. Dessa forma, busca-se investigar a cachaça e a escravidão nesse contexto, assim como analisar o mundo do trabalho dos escravizados envolvidos na produção da bebida, as exportações, os exportadores do destilado e a importância econômica e social do produto.

Palavras-chave: *Ilhéus; Cachaça; Escravidão; Economia.*

1 O presente artigo integra um estudo mais amplo que corresponde à minha tese de doutorado, intitulada: *Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888*, que contou com o apoio financeiro do CNPq. Agradeço ao professor Horacio Gutiérrez pela leitura e pelos comentários ao texto.

2 Licenciado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mlandrae@yahoo.com.br

Abstract

This article analyzes slavery and sugarcane liquor production in Ilhéus, Southern Bahia, between 1850 and 1888. The primary sources are *post mortem* inventories, tax books, the slave classification book, the Brazilian census (1872), and reports from foreign travelers. In this period, the local economy developed with the expansion of the sugar mills, cocoa cultivation, and other economic activities. Therefore, this article investigates sugarcane liquor and slavery in this context. It analyzes the context of the enslaved people involved in producing this alcoholic drink, the export trade, distillate exporters, and the economic and social importance of the product.

Keywords: *Ilhéus; Cachaça; Slavery; Economy.*

Resumen

Este artículo analiza el trabajo esclavo y la producción de aguardiente de alcohol de caña en Ilhéus, sur de Bahía, entre 1850 y 1888, utilizando inventarios *post mortem*, libros de recaudación de impuestos, libro de clasificación de esclavos, Censo de Brasil (1872) e informes de viajeros extranjeros como fuentes principales. Durante este período, la economía local se desarrolló con la expansión de los ingenios azucareros y el cultivo del cacao, entre otras actividades económicas. Así, se busca investigar la cachaza y la esclavitud en este contexto, analizar el mundo laboral de los esclavos involucrados en la producción de la bebida, las exportaciones, los exportadores del destilado y la importancia económica y social del producto.

Palabras clave: *Ilhéus; Cachaza; Esclavitud; Economía.*

Introdução

A produção da aguardente de cana (cachaça) é uma atividade que existe no Brasil desde os tempos coloniais (CASCUDO, 1986). Em Ilhéus provavelmente teve início no século XVI, quando da instalação dos primeiros engenhos na capitania³. Em 1570, existiam oito engenhos nessa localidade e pelo menos um continuou em funcionamento durante toda a colonização, o Engenho Santana, que funcionou com o trabalho escravo de indígenas, crioulo e africanos (SCHWARTZ, 1988, p. 69; 90).

Além das guerras e escravizações que marcaram o processo histórico da colonização, o contato interétnico também foi marcado pela expansão de bebidas etílicas da Europa, que se juntaram às bebidas fermentadas produzidas pelos indígenas (FERNANDES, 2011). A cachaça integrou esse repertório e ganhou importância com o desenvolvimento da produção de açúcar. Leila Mezan Algranti, entre outros, investigou a expansão do hábito de ingerir aguardente na América Portuguesa e destacou suas vinculações com o desenvolvimento da agroindústria açucareira (ALGRANTI, 2005 *apud* VENÂNCIO; CARNEIRO, 2005, p. 71-92).

Apesar de Ilhéus não ter se tornado uma zona típica de *plantation* açucareira, existem referências na historiografia e nos documentos indicando que a bebida estava presente nessa localidade e em outras vilas do sul da Bahia, desde os primórdios da colonização. Luiz Felipe de Alencastro, por exemplo, menciona Ilhéus, Camamu e Cairu entre as zonas de consumo da cachaça produzida na Bahia no século XVII, as quais, junto com Rio de Janeiro e Pernambuco, forneciam o destilado aos agentes do comércio negreiro (ALENCASTRO, 2000, p. 317).

3 A capitania de São Jorge dos Ilhéus limitava-se ao norte com a capitania da Bahia (rio Jequiçá) e ao sul com a capitania de Porto Seguro (rio Grande ou Jequitinhonha) (CAMPOS, 2006, p. 32). Após a emancipação política do Brasil, esse território foi desmembrado, e a comarca de Ilhéus passou a fazer fronteira, ao norte, com a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas (atual Itacaré) e, ao sul, com a vila de Canavieira, ocupando um território de aproximadamente 200 km de costa, com vilas e povoações espalhadas no interior.

O Engenho Santana foi um dos locais analisados por Stuart B. Schwartz para desvendar os segredos internos da Bahia colonial, sendo considerado pelo autor como uma grande unidade escravista dedicada à fabricação de açúcar e derivados (SCHWARTZ, 1988, p. 196). Para Marcelo Henrique Dias (2007, p. 365), “a produção de aguardente e melado era o empreendimento produtivo mais sofisticado no universo agrário local. As escrituras do notariado da vila de Ilhéus registram 05 unidades produtivas dotadas de engenhocas, alambiques, tachos de cobre e tarefas de cana”.

A cachaça foi um componente importante da vida econômica e social de Ilhéus, da Bahia e do Brasil. Parte da bebida era utilizada como moeda de troca no tráfico de africanos. A Coroa portuguesa arrematava contratos de venda da bebida, estipulando quantias a serem pagas pelo direito de comercialização. Ângelo Alves Carrara percebeu a existência de contratos de arrematação de aguardente na capitania da Bahia no século XVIII, destacando que era cobrado o imposto de Rs. 1\$600 (mil e seiscentos réis) por pipa de aguardente exportada para o reino de Angola (CARRARA, 2009, p. 75-78).

Além da Bahia, outras áreas do Brasil também fabricavam cachaça. Na capitania de São Paulo, entre os anos de 1766 e 1822, os valores da arrematação do contrato da aguardente variaram numa crescente entre o mínimo de Rs. 32\$000 e o máximo de Rs. 1:138\$794, com a produção abastecendo desde o mercado interno local até os charqueadores do sul da colônia (MOURA, 2012, p. 84). Na década de 1830, a província de Minas Gerais exportava aguardente e melado por duas rotas principais, “[...] do Vale do Alto-Médio São Francisco e do Sertão originavam-se os derivados enviados para o interior do Nordeste, via rio São Francisco. Da Mata e das mineradoras Central Leste e Oeste partiam os derivados exportados para o Rio de Janeiro” (GODOY, 2002, p. 32).

Como se pode ver nesses estudos mencionados, a cachaça atendeu aos interesses da Coroa, que negociava os contratos de venda da bebida com os contratadores, os agentes do tráfico e a sociedade, envolvida de diversas formas

com a produção, consumo e exportação do destilado. Essa realidade também marcou a história de Ilhéus.

Na primeira metade do século XIX, ocorreu um crescimento vertiginoso do tráfico de africanos, que, juntamente com abertura dos portos brasileiros e a conjuntura econômica favorável ao açúcar, influenciou a produção de cachaça. Nesse período a economia de Ilhéus se desenvolveu com a expansão da lavoura cacaueira e dos engenhos, dentre outras atividades econômicas. Bert J. Barickman (2003, p. 80) salientou que, entre 1818 e 1873, o número de engenhos nas comarcas do sul da província aumentou. Mary Ann Manony (2001, p. 109-112), por sua vez, destacou que durante o século XIX famílias tradicionais do Recôncavo se transferiram para Ilhéus, com o objetivo de realizar investimentos na produção de açúcar, cacau, café e outras atividades. Pesquisas recentes nos *Livros de notas do Cartório de Ilhéus*, abertos entre 1810 e 1850, demonstraram a existência de várias transações envolvendo engenhos, alambiques, escravos, alforrias e outros bens (ANDRADE, 2013; GONÇALVES, 2014; SANTOS, 2019).

Em 1840, por exemplo, Firmino Pires Caldas vendeu para Lourenço Dias Ribeiro três sortes de terras situadas no rio Santana por Rs. 400\$000, com a seguinte observação, “[...] se compreendiam três sortes de terras denominadas Maria Zenze, João Domingos e Ilha de Antônio Gomes situadas no rio Santana [...] com as benfeitorias nela existentes a exceção da fábrica de fazer aguardente e cana com seus utensílios” (ILHÉUS, 1840a).

Ainda na década de 1840, João Dias Pereira Guimarães, não podendo mais administrar seu engenho de aguardente denominado São Francisco, situado na margem do rio Fundão, tanto pela idade avançada, como pelas doenças de que padecia, o arrendou ao seu filho, José Dias Pereira Guimarães, pela quantia de Rs. 800\$000 anuais (ILHÉUS, 1840b).

Em outra escritura, de 1842, consta que Manoel Esmério Fraga vendeu para o sargento mor Christiano Manoel de Sá uma fazenda na margem do rio Itahi-

pe, pelo preço de Rs. 4:500\$000, com todas as suas benfeitorias a saber “[...] pastos, coqueiros, casas de moradia, engenho de água de fabricar açúcar e aguardente com todos os utensílios [...]” (ILHÉUS, 1842).

Esses exemplos referem-se a vários engenhos e alambiques situados em Ilhéus, em meados do século XIX. Nessa conjuntura, a lavoura de cacau disseminou-se, mas a fabricação de açúcar e cachaça também se desenvolveu, mesmo após a Lei de 1850 (BRASIL, 1850). Em 1872, o município contava com uma população de 5.682 habitantes, dos quais 1.051 (18,5%) eram escravizados⁴.

A nossa proposta neste estudo é analisar a dinâmica de relações entre escravidão e economia, no período 1850-1888. Os inventários *post mortem* apontam várias famílias de Ilhéus com investimentos em escravos e produção de açúcar e cachaça, além dos negociantes, lavradores, profissionais liberais, funcionários eclesiásticos, entre outros. O *Livro de cobrança de impostos* permite conhecer os dados das exportações do produto, ampliando as possibilidades de investigação do tema (ILHÉUS, 1878a).

Queremos entender a importância da cachaça e a participação dos escravizados em Ilhéus nesse contexto de expansão dos engenhos e cultivo de cacau. Alguns crioulos e africanos se especializaram na produção da bebida, eram alambiqueiros, outros a transportavam por vias terrestres, fluviais e marítimas, além de trabalharem no abastecimento interno e nas exportações, como pretendemos demonstrar.

A nossa hipótese é que eles foram essenciais para os escravistas de Ilhéus até a véspera da abolição da escravidão no Brasil (1888), uma vez que utilizaram suas técnicas na preparação das lavouras, ergueram engenhos, alambiques, casas de farinha e geraram riquezas para seus proprietários, trabalhando em diversos serviços, produzindo artigos essenciais para a economia da sociedade, como a cachaça, por exemplo, que é o foco da nossa atenção.

⁴ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872.

A produção de cachaça em Ilhéus

Para analisar a produção de cachaça em Ilhéus, investigamos 333 processos de inventários *post mortem* abertos entre 1850 e 1888. Essas fontes oferecem grandes possibilidades para a realização deste estudo, reunindo informações detalhadas sobre os bens dos falecidos.

Uma análise minuciosa da composição dos patrimônios permitiu identificar a atividade econômica principal da maioria dos inventariados (91%). A metodologia utilizada nesta classificação considerou sobretudo os componentes de maior alocação dos investimentos, mas vale advertir que algumas pessoas exerciam mais de uma atividade.

Inicialmente percebemos que 36% dos processos eram de proprietários de, pelo menos, um escravo, totalizando 829 cativos entre eles. Nos inventários dos senhores de engenho, os avaliadores descreveram o nome da propriedade, os instrumentos de fabricação do açúcar e da aguardente (moenda, cilindro, caldeira, tachos, escumadeiras, casa de purgar, alambique, formas etc.), as plantações de cana e outros bens que evidenciam a atividade principal do inventariado. De maneira geral, suas riquezas estavam comprometidas principalmente com escravos, imóveis e terras. Eles representaram tão somente 3,6% dos inventariados, mas concentraram 17,6% de toda a fortuna declarada nos processos, sendo que grande parte dos cativos (36,7%) estava em suas propriedades. Com efeito, os donos de engenho ocupavam um lugar privilegiado entre as famílias ricas de Ilhéus⁵. A produção de açúcar e cachaça, bem como a exploração do trabalho escravo, contribuíram para a formação dessa riqueza.

Em 1850, o Engenho Conceição de Itacanoeira encontrava-se em bom estado de conservação. Era sustentado por 32 grossos pilares de pedra, tijolo e

5 Adotamos como referencial de riqueza fortunas com somas a partir de Rs. 15:000\$000 (15 contos de réis).

cal, estava equipado com casa de purgar, pé de moenda, cilindros de ferro, roda d'água, tachos, um alambique de cobre com sua carapuça e cano assentado com a competente fornalha. A riqueza da família foi calculada em Rs. 15:988\$366, boa parte (27%) comprometida com dezessete escravos, entre crioulos e africanos, além de imóveis, terras e outros bens. O escravo Camilo, africano, obteve a maior avaliação, Rs. 500\$000; já a crioulinha Gerturdes, de 2 anos de idade, foi avaliada em Rs. 80\$000 (ILHÉUS, 1850).

O Engenho Castelo Novo era um grande complexo econômico e escravista de Ilhéus em 1861 e funcionava com o trabalho de 54 escravizados. O local era dotado de três carros de carrear cana, casa de fabricar açúcar, casa de purgar, alambique de cobre, casa de farinha e outros bens. A família foi a mais rica entre os inventariados, com fortuna calculada em Rs. 89:797\$030, grande parte alocada em escravos (60%); seguida de imóveis (18%) e terras (9%), com percentuais bastante inferiores (ILHÉUS, 1861).

As 15 senzalas do Castelo Novo foram estimadas em Rs. 40\$000, menos de 0,5% da riqueza. Nelas viviam o africano Clarêncio, 58 anos, mestre de açúcar, avaliado em Rs. 1:000\$000; Antônio Velho, na época com 65 anos, alambiqueiro, por Rs. 600\$000; outros eram adultos, mulheres, jovens e crianças que realizavam diversos serviços (ILHÉUS, 1861).

O dono do Engenho União, alferes José Antônio de Guimarães Bastos, faleceu em 1874 deixando uma fortuna no valor de Rs. 55:042\$167. A família possuía dezesseis escravos, dos quais 31% eram africanos. O engenho foi descrito da seguinte maneira,

[...] um engenho de fabricar açúcar e aguardente com todos os seus pertences, constante de dois alambiques, usados, cinco caixões usados, uma tina, quatro tachos, uma espumadeira, um bueiro, uma roda e pé de moenda, caboto, casa de engenho e tachos, quatro dornas, dezessete quartolhas, nove ditas pequenas, um tendal, dois balcões para secar açúcar, 97 formas de zinco, uma

casa de purgar, um braço de balança, quatro alavancas, três canos grandes velhos, três ditas pequenas, três tarefas de cerca. (ILHÉUS, 1875a)

Maria da Piedade Melo e Sá e seu esposo Christiano Manoel de Sá Bitencourt Câmara eram donos do Engenho Itaípe em 1876, ano em que ela faleceu. Esse engenho possuía 48 escravos, 64,5% crioulos, quatro africanos (9%) e quatorze sem descrição da origem. A fortuna da família foi calculada em Rs. 53:097\$000, a maior parte comprometida com escravos (61%), imóveis (14,4%) e terras (14%). As nove senzalas foram descritas como arruinadas, todas avaliadas em Rs. 50\$000. O africano Antônio Casange, na época com 62 anos; a africana Joana, solteira, com 50 anos, viviam com outros escravizados nessas senzalas (ILHÉUS, 1876).

Em 1878 foi aberto o inventário de dona Mariana Joaquina de Queirós Caldas, proprietária do Engenho São João, localizado na Cachoeira de Itabuna, com 22 escravos, dentre outros bens. O monte-mor da família foi calculado em Rs. 22:186\$960, a maior parte comprometida com escravos (54%), imóveis (26%) e terras (12,5%). Entre os bens do engenho encontramos alambique, pé de moenda, quartolhas e tarefas de canas novas. Uma parte dos escravizados (23%) era de origem africana (ILHÉUS, 1878b).

Antes de falecer, em 1879, Lourenço Dias Ribeiro era dono de uma fazenda no Iguape, dotada de engenho com a seguinte descrição: “um engenho de moer canas, com roda d’água, alambique, tachos, bicamente, casa coberta de telhas e mais pertences” (ILHÉUS, 1879). Ele também possuía 20 escravos e outros bens. Sua fortuna foi avaliada em Rs. 17:457\$800, a maior parte comprometida com escravos (58%); seguida de imóveis (21,5%) e terras (15%) (ILHÉUS, 1879).

João Baptista Homem Del Rey era proprietário do Engenho Santana em 1884, quando foi aberto o inventário da família, por ocasião da sua morte, sendo a fortuna avaliada em Rs. 11:219\$000. Nessa época ele possuía dez escravos (29% da riqueza), terras (44%) e imóveis (17%). O engenho era movido por

água, possuía alambiques, tachos de cobre, diversas madeiras e cochos, dentre outros bens inventariados (ILHÉUS, 1884).

Ao que parece, os donos de engenho eram os principais produtores de cachaça de Ilhéus, todos tinham alambiques e escravos e estavam entre os maiores escravistas da localidade. Porém, não eram os únicos que produziam o destilado. Alguns produtores de cacau também fabricavam a bebida. Estes representaram 64,5% dos inventariados, sendo que grande parte de suas riquezas estava alocada em cacauzeiros e eles concentravam 40% de toda fortuna. A maioria era formada por pequenos lavradores, que não tinham escravos e viviam com poucos recursos. O africano Tito Galião, por exemplo, morava no sítio Pau do Peixe, na cachoeira de Itabuna, antes de falecer, em 1871. O sítio contava com uma plantação de 1.278 cacauzeiros, que representava 83% de sua fortuna (Rs. 1:538\$000) (ILHÉUS, 1871).

Não obstante, algumas famílias ricas investiam na produção de cacau. O major Joaquim José de Oliveira, por exemplo, casado com dona Adelaide de Melo Sá Oliveira teve seu inventário aberto em 1875, por ocasião de sua morte. O casal possuía, entre outros bens, uma fazenda na Cachoeira de Itabuna com 19.406 cacauzeiros, 6 mil pés de café e 28 escravos. A riqueza bruta foi avaliada em Rs. 62:180\$824, e estava comprometida, principalmente, com os seguintes bens: plantações de cacau (31%); escravos (18%); imóveis (17%), dívidas ativas (14%) e terras (14%) (ILHÉUS, 1875b). Além desses bens, o major era dono de “uma engenhoca de fabricar açúcar e casa de farinha com todos os seus utensílios, tudo no valor de duzentos e sessenta mil réis” (ILHÉUS, 1875b), ele também possuía “uma casa situada na rua do porto com seus chãos próprios e armação para venda” (ILHÉUS, 1875b). Embora classificado como produtor de cacau, sua riqueza era diversificada, pois fabricava açúcar, cachaça, farinha e comercializava esses e outros gêneros na vila de Ilhéus.

Outros segmentos, donos de engenhocas, também fabricavam cachaça. Domingos Alves dos Reis, por exemplo, morava em uma casa pequena de taipa

coberta de palha, e era dono de uma engenhoca na Fazenda Barra do Itahipe, equipada com um pé de moenda, um tacho de cobre, alguidar de barro e roda de ralar mandioca, entre outros bens. Provavelmente ele consorciava a produção de farinha e cachaça antes de falecer, em 1862, com fortuna no valor de Rs. 541\$394 (ILHÉUS, 1862).

A participação de crioulos e africanos escravizados foi marcante no processo de produção da cachaça, mas eles não foram os únicos empenhados nessa atividade. Ademais, a bebida tinha lugar garantido no mercado interno de Ilhéus, sendo vendida em diversas casas de negócios espalhadas na vila e na zona rural, como pretendemos demonstrar. Uma parte dos produtores fornecia a bebida aos negociantes, outra parte da cachaça destinava-se às exportações, sendo remetida para a capital da província (Salvador) e outras regiões do Império. Na próxima seção, analisaremos a importância da cachaça na economia de exportação e depois investigaremos a distribuição no mercado interno.

As exportações de cachaça em Ilhéus

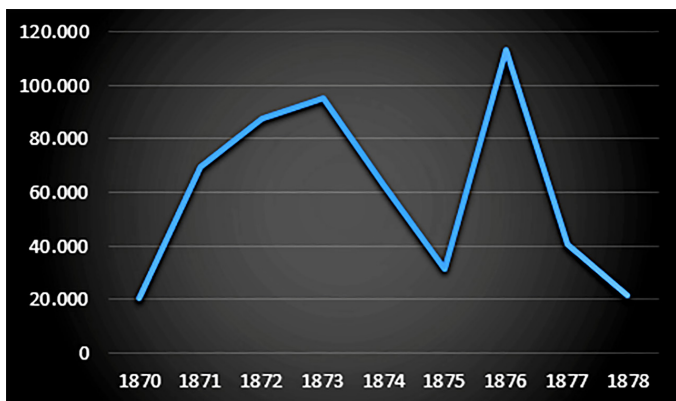
No dia 1º de outubro de 1870 o presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, Joaquim Pereira Caldas, assinou a folha de abertura do *Livro de registro do imposto sobre a aguardente de cana exportada pelo município*, em que constam as seguintes informações: o dia e o mês da exportação, o nome do exportador, a quantidade exportada e o valor do imposto pago (ILHÉUS, 1878a). O documento dispõe de uma série praticamente completa com essas informações distribuídas ao longo do período 1870-1878⁶.

Inicialmente, entre 1870 e 1874, as exportações foram feitas em canadas; entre 1874 e junho de 1877, em litros; daí até setembro de 1878, último mês de

⁶ Os únicos meses em que não ocorreram registros de impostos foram outubro de 1874 e junho de 1878.

registro, a maioria das exportações foram realizadas em barris⁷. Para se ter uma ideia, em apenas um mês, outubro de 1870, quando se iniciou o registro do imposto, Ilhéus exportou 1.565 canadas de cachaça (10.720 litros). Essa quantidade parece significativa, tendo em vista que, em 1872, a população absoluta do município era de 5.682 habitantes; a outra parte da cachaça ficava no mercado interno⁸. Neste caso, Ilhéus exportou em um mês o equivalente a uma média aproximada de 2 litros de cachaça por habitante. Ao longo do período, ocorreram oscilações das exportações, mas elas foram frequentes no decorrer dos meses, totalizando 543.749 litros exportados durante todo o período.

Gráfico 1 – Exportações de cachaça em litros (Ilhéus, 1870-1878).



Fonte: Ilhéus (1878a).

O Gráfico 1 mostra variações significativas no volume das exportações de cachaça, indicando que, no ano de 1876, Ilhéus atingiu o pico das exportações (113.470 litros). Porém, no ano anterior (1875), essa cifra foi de 31.556 litros, a menor entre os anos com registro de exportações de todos os meses. Mesmo com essas oscilações, os dados mostram que, na década de 1870, ocorreram

⁷ Consideramos uma canada como sendo na Bahia igual a 6,85 litros (BARICKMAN, 2003, p. 23); para o barril tomamos como referência o caso do barril mineiro, igual a 21 litros (GODOY, 2002, p. 463-507).

⁸ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872.

exportações de cachaça em Ilhéus praticamente todos os anos, indicando que a produção era significativa. As maiores médias mensais ocorreram entre outubro e janeiro; a mais alta foi 10.511 litros e a menor, 3.192, verificadas nos meses de outubro e março, respectivamente (ILHÉUS,1878a).

A pequena quantidade de exportadores que aparece em cada mês, normalmente era em torno de quatro (chegando-se a listar sete pessoas no máximo), e o volume da cachaça exportada por eles revela alta concentração nas exportações, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Principais exportadores de cachaça (Ilhéus, 1870-1878).

Exportadores			Registros		Cachaça exportada		Imposto pago	
Nomes	nº	%	nº	%	(em litros)	%	(em réis)	%
José Simeão Moreno	1	1,8	100	32,0	189.343	35,0	344,370	34,0
Antônio da Cruz Rabelo	1	1,8	42	13,4	83.736	15,0	135,300	13,3
Luiz Adami	1	1,8	15	4,8	42.202	8,0	62,050	6,1
José Malaquias Barboza	1	1,8	18	5,7	31.383	6,0	41,790	4,1
Manoel Esteves Moreno	1	1,8	19	6,1	49.910	9,0	81,650	8,1
Demais exportadores	50	91,0	119	38,0	147.175	27,0	348,210	34,4
Total	55	100,0	313	100,0	543.749	100,0	1.013,370	100,0

Fonte: Ilhéus (1878a).

Nesta tabela, fica evidente que apenas cinco pessoas concentraram a maior parte das exportações de cachaça de Ilhéus, ao passo que os demais exportadores (91%) foram responsáveis por somente 27% de todo volume exportado.

José Simeão Moreno sozinho foi responsável por 35% das exportações da bebida. Seu inventário foi aberto em 1881, por ocasião de sua morte. A composição de seu patrimônio revela que ele era negociante, morava na rua que vai para o Largo de São Sebastião, sendo seu bem de maior valor uma lancha, que

ele tinha em sociedade com Bernardo Sellman. Sua fortuna foi calculada em Rs. 4:249\$902, mas era insuficiente para o pagamento de todas as dívidas, que incluíam negociantes da praça de Ilhéus e Salvador, dentre outros credores. Nos autos do processo, os herdeiros e o sócio da lancha reclamaram ao juiz dos prejuízos de ela estar parada no porto da vila e solicitaram licença para navegar até o porto da Bahia. Entre os reclamantes, estava Manoel Esteves Moreno, parente do falecido, que também está na lista dos principais exportadores de cachaça de Ilhéus (Tabela 1) (ILHÉUS, 1881a).

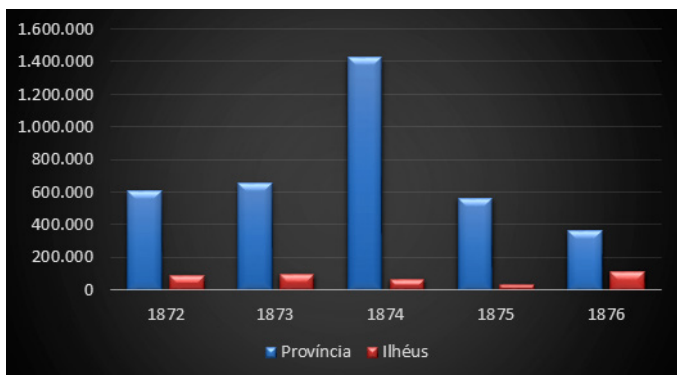
Outra pessoa que se destacou nas exportações foi Luiz Adami, negociante que faleceu em 1887, com uma fortuna no valor de Rs. 46:707\$468, a maior parte (77%) alocada em dívidas ativas. A primeira relação contém o nome de 31 devedores, entre eles seus filhos, José Carlos Adami, que também era negociante, e Domingos Adami de Sá, coletor da Mesa de Rendas Provinciais (ILHÉUS, 1887).

Os negociantes tiveram destaque nas exportações de cachaça. Antônio da Cruz Rabelo, responsável por 15% das exportações do destilado, também era negociante. Infelizmente não localizamos seu inventário, mas seu nome aparece no *Livro de cobrança de impostos sobre casas de negócio* (ILHÉUS, 1892). De modo geral, os negociantes controlavam a maior parte das exportações. Todavia, encontramos diversas pessoas exportando cachaça. Mariana Caldas, dona do Engenho São João, exportou 548 litros de cachaça em janeiro de 1874, mais 840, em novembro do mesmo ano, e 160 litros. em agosto de 1875 (ILHÉUS, 1878a, 1878b). Lourenço Dias Ribeiro, dono de fazenda com engenho no Iguape, também exportou cachaça em 1879 (ILHÉUS, 1878a, 1879).

Ao que parece, a maior parte da produção de cachaça vinha dos engenhos equipados com alambiques, já as exportações estavam concentradas nas mãos dos negociantes, que tinham embarcações e ligações mercantis com a praça de Salvador.

Ainda podemos avaliar a importância da bebida em Ilhéus, comparando o volume das exportações desta localidade com as realizadas pela província, tendo por base o quadro de exportação da Bahia, que inclui a aguardente e outros produtos despachados para o exterior. O referido quadro contempla cinco anos financeiros, começando em 1872-1873, quando a província exportou, entre outros produtos, 602.844 litros de aguardente, e terminando em 1876-1877, quando essa cifra despencou para 363.187 litros⁹. O Gráfico 2 apresenta o resultado da comparação.

Gráfico 2 – Exportações de cachaça em litros (Bahia, 1872-1876).



Fonte: *Center for Research Libraries* (1878); Ilhéus (1878a).

Analisando os dados do Gráfico 2, percebemos que as exportações de Ilhéus, quando comparadas com as da província, não eram desprezíveis, visto que a Bahia possuía um imenso território, composto por 17 comarcas, muitas das quais também produziam o destilado e despachavam a bebida para a capital, de onde era exportada para os países estrangeiros. O menor percentual de participação no total das exportações foi 4,5% em 1874, todavia, a aguardente de Ilhéus chegou a corresponder a 31% de toda a cachaça exportada pela província da Bahia em 1876, indicando que o município tinha uma produção

⁹ Fala com que abriu no dia 1.º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da província da Bahia (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 1878; ILHÉUS, 1870-1878).

significativa. O trabalho de muitos escravizados certamente contribuiu para esses índices.

Alguns exportadores da bebida também estão no *Livro de classificação dos escravos* (1874-1886) (BAHIA, 1874-1886). Determinados membros da família Sá Bithencourt Camara, por exemplo, aparecem com frequência nos dois documentos. Eduardo de Sá Bithencourt Camara listou três escravos e em abril de 1877 exportou 3.900 litros de cachaça. Luiz Adami também listou três escravos e exportou mais de 42.000 litros de cachaça entre 1871 e 1877 (ILHÉUS, 1878a).

Essas exportações geravam lucros para os negociantes, contudo, não há nenhum registro no *Livro de imposto* que possa informar sobre o preço de venda da bebida. A única pista que encontramos se refere ao Engenho União, que tinha 200 canadas de cachaça em 1875, quando foi aberto o inventário da família. Cada canada foi avaliada em Rs. \$600 e o total, em Rs. 120\$000. Neste mesmo inventário, 117 arrobas de açúcar, mais as formas, foram avaliadas, cada uma, em Rs. 2\$000 e todas por Rs. 234\$000 (ILHÉUS, 1875a). Ao que parece, produzir e exportar açúcar e aguardente continuou sendo um bom negócio para os escravistas de Ilhéus até a abolição da escravidão no Brasil (1888). Além disso, havia a possibilidade de obter ganhos com a venda dos produtos no mercado interno.

A cachaça no mercado interno de Ilhéus

Os inventários *post mortem* também oferecem a possibilidade de conhecermos um pouco sobre a distribuição e o consumo de cachaça no mercado interno de Ilhéus. Com frequência, os negociantes apresentavam a lista de compras dos inventariados que faleceram com dívidas em suas casas de negócios, nas quais constava a relação dos gêneros comprados e seus preços, sendo comum aparecer nessas listas: cachaça, aguardente do reino, vinho, cervejas,

e outros produtos. Ademais, nos inventários de negociantes, os avaliadores descreviam os artigos vendidos nas casas de negócio, registrando também diversos gêneros destinados ao abastecimento interno, entre os quais estão presentes a cachaça, o fumo e a farinha, por exemplo.

Joaquim José da Costa Seabra era negociante em Ilhéus antes de falecer, em 1856. Entre os artigos negociados em sua loja constam panos da costa francesa, cambraias de seda, lenços para tabaco, quinze garrafas de cerveja (por Rs.7\$500); seis garrafas de vinho do porto (Rs. 4\$800) e mais de 343 garrafas vazias, dentre outros gêneros. Entre 1874 e 1886, os membros dessa família pagaram impostos para manter em funcionamento suas casas de negócio. De acordo com os registros, sabe-se que eles prosperaram e, na década de 1880, montaram uma firma nomeada Seabra Filho & Cia (ILHÉUS, 1856).

Luiz Adami foi outro negociante de Ilhéus que pagou imposto diversas vezes para manter em funcionamento sua casa de negócios, até falecer, em março de 1887 (ILHÉUS, 1887, 1892). O seu filho, José Carlos Adami, era dono da Loja e Armazém Guarany, que vendia sortimento de fazendas, roupas, calçados, perfumaria, miudezas, além de gêneros alimentícios, bebidas de todas as qualidades e ferragens, conforme a nota que apresentou ao juiz, no inventário de José Furtado da Silva, devedor da quantia de Rs. 201\$760, referente a compras realizadas na loja (ILHÉUS, 1882).

Caetano Lafeme também atuou como negociante em Ilhéus na segunda metade do século XIX. Quando Carlos Stephani Hohlenwegner faleceu, em 1886, ele apresentou ao juiz a dívida que o finado tinha em sua loja, situada na rua da Matriz, nº 9, que vendia fazendas, miudezas, calçados, roupas, molhados, ferragens e drogas, além de comprar cacau e outros gêneros dos lavradores locais. Entre os artigos consumidos encontramos garrafas de conhaque, caixas de charutos, côvados de chitas, fechaduras, latas de manteiga e outros (ILHÉUS, 1886a).

Domingos José de Lemos foi outro negociante que apareceu com frequência no *Livro de cobrança de impostos sobre casas de negócio*. José Antônio Coutinho, produtor de cacau, comprava diversos gêneros na loja dele antes de falecer, em 1869, incluindo fumo, carne, bolacha, garrafas de vinho, açúcar branco, farinha, sabão, sal, pólvora, entre outros artigos, que eram pagos com cacau e café (ILHÉUS, 1869). Nas compras realizadas entre dezembro de 1866 e março de 1869, por exemplo, constam: uma garrafa de vinho por Rs. \$640; de cachaça, Rs. \$160; de aguardente de cana, Rs. \$200; (½ kg) de fumo, Rs. \$200; (1 kg) de açúcar branco, Rs. \$200; um alqueire (36,2 litros) de farinha, Rs. 1\$800; (½ Kg) de bolacha, Rs.\$200; uma arroba de carne, Rs. 6\$600. Em contrapartida, o negociante pagava Rs. 3\$200 (três mil e duzentos réis) por arroba de cacau ao lavrador.

Pedro Gonçalves de Vasconcelos Gusmão vendia secos e molhados em sua casa de negócios, incluindo aviamentos, ferramentas agrícolas, utensílios domésticos e materiais de construção. Quando faleceu, em 1881, devia à Pharmacia Ilheense diversos medicamentos que utilizou no tratamento de sua moléstia. Entre os gêneros comercializados em sua loja encontramos: seis canadas de cachaça de mel, avaliadas na quantia de Rs. 1\$500 cada uma; 24 garrafas de cervejas inglesas avaliadas a Rs. 9\$000 a dúzia; 10 maços de cigarros Lite & [Alsés], avaliados em Rs.\$100 cada um; meia caixa de charutos acadêmicos por Rs. \$500, dentre outros itens (ILHÉUS, 1881b). Genésio Dias de Castro era produtor de cacau e faleceu em 1886 com dívidas na loja de Manoel Soares do Bomfim, negociante de Aritaguá. As despesas apontam para um elevado consumo de cigarro, fumo e cachaça, além de compras de vinho, fósforo, sabão, açúcar, carne e outros gêneros (ILHÉUS, 1886b).

Não sabemos ao certo se todas as casas de negócios de Ilhéus vendiam cachaça, uma vez que nem todos os avaliadores descrevem detalhadamente os bens comercializados. No *Livro de cobrança de impostos* contabilizamos pelo menos uma centena desses proprietários, com estabelecimentos espalhados em vários lugares da comarca. Examinando os inventários, notamos que mui-

tos eram escravistas e, certamente, seus escravos trabalhavam nesses estabelecimentos. De modo geral, crioulos e africanos participavam de todas as etapas que envolviam a produção, a distribuição e a exportação de cachaça. Todavia, as fontes que utilizamos neste estudo não permitem capturar todas as relações deles com a bebida.

Também não sabemos nada sobre o consumo de cachaça pelos escravizados, nem tampouco se os que trabalhavam nos engenhos e alambiques levavam alguns litros para a senzala. Além disso, não é possível afirmar se aqueles que circulavam pelos espaços urbanos da vila, trabalhando no mercado interno e nas exportações, bebiam cachaça em suas jornadas de trabalho e/ou nas horas de descanso.

A historiografia demonstrou que em outros lugares do Brasil era comum o encontro de trabalhadores escravizados, livres e libertos em pontos de venda da bebida, espaços de vivências e conflitos (CASTELLUCCI JUNIOR, 2008; CHALLOUB, 2001; WISSENBACH, 1998). No caso de Ilhéus, não conseguimos capturar essas circunstâncias na documentação consultada. As únicas pistas que encontramos aparecem na relação dos devedores dos negociantes, que registra as dívidas de escravos e forros, mas não traz dados sobre as origens dessas dívidas, indicando apenas os valores.

Entre os devedores do negociante J.J. Seabra, encontramos vários exemplos, como os de Hipólito (Rs. 2\$640), Bruno (Rs. \$640) e Carlota (Rs. 3\$360), escravos da fazenda; Afonso (Rs. \$160) e Antônio (Rs. \$080), escravos do Dr. Gaspar; índio Manuel Avelino, da freguesia de Ferradas (Rs. \$680); Domingos, filho do crioulo forro Thomé Joaquim dos Santos (Rs. 3\$520) (ILHÉUS, 1856).

O negociante Joaquim Lopes da Silva faleceu em 1866, com o montante de Rs. 13.645\$288 em dívidas ativas, perfazendo 78% do monte-mor, sendo que a lista de seus devedores é extensa: José, escravo de Luiz Carlos Cordier, que devia a quantia de Rs. 4\$480; Manuel Nunes Melgaço, Rs. 30\$630; Felipe, es-

cravo de José Lopes, Rs.8\$940; Fulgêncio, marinheiro, Rs. 5\$220; Pedro, escravo da senhora Ana, viúva, Rs. 4\$440; Ignacio Jorge, índio, Rs. 9\$840; entre outros (ILHÉUS, 1866).

O negociante tenente Bernardo Sellman teve seu inventário aberto em 1876, por ocasião da morte de sua esposa. O casal tinha casa de negócio na vila de Ilhéus, no distrito de Cachoeira de Itabuna e na vila de Olivença, totalizando uma quantia de Rs. 20:605\$645 em dívidas ativas, entre outros bens. A lista de seus devedores também é grande, incluindo, entre outros: Basílio (pescador), com a quantia de Rs. 3\$040; Miguel (escravo de Eduardo de Sá), Rs. 3\$250; João Vigário (índio), Rs. 1\$000; Luzia de Lima (parteira), Rs. 29\$870 (ILHÉUS, 1876b).

Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão foi outro negociante que se destacou nesse contexto; suas dívidas ativas somaram a quantia de Rs. 15.012\$673 e comprometeram 49% de sua fortuna. Na lista de seus devedores constam, por exemplo: Guilhermina, escrava de Vitória Basto (Rs. 19\$806); Pedro Escola Homem Del Rey (Rs. 3\$000); Alberto Steiger (Rs. 51\$910); Antônio, escravo de [Fm.] Alves (Rs. 23\$990); Ignácio, escravo de Juca (Rs. 8\$410); Pedro Gato, escravo de João de Meneses (Rs. 9\$800); Alice, escrava do capitão Evaristo (Rs. 5\$000); Benvenuto africano (Rs. 11\$400); Antônio, seu escravo (Rs. 4\$800) (ILHÉUS, 1886c).

Esses exemplos, comuns na documentação, permitem inferir que os escravizados frequentavam esses estabelecimentos e tinham acesso aos bens das casas de negócio. As suas dívidas com os negociantes poderiam ser referentes à compra de produtos ou empréstimos. O preço da cachaça, relativamente baixo se comparado ao de outras bebidas, certamente influenciava o consumo entre os trabalhadores pobres. Crioulos e africanos participaram da vida econômica e social de Ilhéus, trabalharam na produção, abastecimento interno e exportação de várias mercadorias. A cachaça estava presente nesse contexto e marcou de diversas formas a vida da população.

Considerações finais

Neste estudo procuramos enfatizar a importância histórica da cachaça para a economia de Ilhéus, bem como a participação do trabalho escravo nos processos de fabricação, exportação e abastecimento interno da bebida, especialmente no período 1850-1888, quando a lavoura cacaueteira se expandiu. As fontes consultadas, sobretudo inventários *post mortem* e *Livro de cobrança de impostos*, confirmaram que a cachaça estava inserida no circuito interno e externo da economia, sendo elemento importante das redes comerciais desenvolvidas em Ilhéus.

Do ponto de vista da produção, identificamos que os engenhos estavam entre as principais unidades dedicadas à fabricação do destilado. Mesmo considerando que esses engenhos tinham estruturas variadas, conjugando diversas atividades, como produção de açúcar e farinha, por exemplo, a presença de alambiques em todos os casos analisados revela que a produção de aguardente era importante naquele contexto.

Outro dado que consideramos importante foi a presença de crioulos e africanos nas propriedades com engenhos e alambiques, embora a participação deles não se restringisse a um único setor de produção da bebida. Essas pessoas atenderam a diversos interesses e eram parte importante da riqueza de muitas famílias, servindo como um dos principais ativos de produção. A exploração desses trabalhadores em diversas atividades foi fator gerador de riqueza em Ilhéus, até a véspera da abolição da escravidão no Brasil (1888).

O estudo com os inventários *post mortem* não revelou as ocupações ou especialidades de todos os escravizados, o que dificulta o trabalho do historiador interessado em conhecer a participação específica deles nos processos de fabricação da cachaça. Muitos foram descritos como “do serviço de lavoura”, outros como cozinheiro/a, padeiro, marinho, carapina e alguns como “aptos para todos os serviços”. Tentar entender a participação desses traba-

lhadores apenas pelo número de alambiqueiros não permite explicar toda a dinâmica da economia em que estavam inseridos, nem o envolvimento deles nas diversas etapas do processo de produção e comercialização da bebida.

Explicamos que as terras comprometiam uma parcela importante da riqueza dos donos de engenho, sendo parte delas cultivada com cana-de-açúcar. Além de alambiqueiros, os escravizados participavam do cultivo das lavouras e cuidavam diariamente das plantações de cana, por exemplo, uma etapa importante do processo de produção de cachaça. Ademais, era preciso colher e transportar a cana até os engenhos. Algumas fazendas de Ilhéus tinham bois de brocha, outras não. Isso permite inferir que, em muitas ocasiões, eram os escravizados que carregavam os feixes de cana do canavial até os engenhos, para serem processadas. Certamente eles também buscavam lenha para alimentar as fornalhas.

A maioria dos engenhos localizava-se nas proximidades de rios e todos dispunham de canoas para o transporte de pessoas e mercadorias, inclusive os barris de cachaça. Muitos canoeiros deviam ser crioulos e africanos, escravizados ou não, que realizavam o transporte da bebida pelas vias fluviais, desempenhando papel importante no escoamento da produção pelo território, até chegar às casas de negócios e ao porto de exportação.

O *Livro de cobrança de imposto sobre exportação de aguardente* revelou que entre 1871 e 1878 ocorreram exportações de cachaça em Ilhéus quase todos os meses, o que contribuiu para evidenciar a importância da bebida. Ainda com relação às exportações, destacamos o papel expressivo dos negociantes nessa atividade, que concentrava a maior parte do volume exportado, sendo que muitos deles tinham escravos. Assim, crioulos e africanos também atuaram no carregamento das canoas, barcos e lanchas, ou na navegação de cabotagem. O negociante J. J. Seabra, por exemplo, tinha um barco denominado Oriente e os seus escravos Pedro, crioulo de 35 anos e Antônio, crioulo de 28 anos, foram descritos como marinheiros (ILHÉUS, 1856).

Esses negociantes também forneciam o destilado no mercado interno, vendiam cachaça e outros gêneros em suas casas de negócios. Os seus escravos deviam atuar direta ou indiretamente nesses estabelecimentos, realizando diversos serviços, contribuindo para manutenção e aumento da riqueza de seus proprietários. Os negociantes, assim como os senhores de engenho, estavam entre os grupos economicamente privilegiados de Ilhéus nessa época.

A nossa proposta neste estudo foi mostrar as interações entre escravidão e economia. Sabemos que durante a segunda metade do século XIX os crioulos e africanos de Ilhéus trabalharam em muitos outros serviços, além da produção de cachaça. Destarte, a história de Ilhéus ainda é muito influenciada pela literatura que privilegiou o cacau e o mandonismo dos coronéis como os principais aspectos da vida política, econômica e social (AMADO, 2010; FALCON, 1983). Este texto pretende ser uma contribuição à história desta localidade ao ressaltar a importância secular de outro produto, a cachaça, e de outros sujeitos sociais, os crioulos e africanos.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 71-91.

AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na expansão cacaueira (Ilhéus, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BAHIA. Tesouraria Provincial. *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação (Ilhéus), 1874-1886*. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). SCP, Livro n. 7008.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. *Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850*. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Império do Brasil, 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. *Recenseamento geral do Império, 1872*. Rio de Janeiro, 1872. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia e Pernambuco*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

CASCUDO, Luis da Camara. *Prelúdio da cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1986.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*. São Paulo: Annablume; Salvador: Fapesb, 2008.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Fala com que abriu no dia 1 de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da Província da Bahia. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 24 mar. 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.

GODOY, Marcelo Magalhães. Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais [...]* Diamantina: Cedeplar 2002. p. 1-54. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D16.PDF>. Acesso em: 28 out. 2020.

GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ILHÉUS. Câmara Municipal. *Livro de imposto sobre casas de negócios, 1874-1892*. Ilhéus: Câmara Municipal, 1892. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Colonial Provincial (SCP). Maço 5455.

ILHÉUS. Câmara Municipal. *Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça), 1870-1878*. Ilhéus: Câmara Municipal, 1878a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Colonial Provincial (SCP). Maço 5441.

ILHÉUS. Cartório de Registro de Notas. *Livro de notas do Tabelionato de Ilhéus*. Escritura de compra e venda. Lv. 09. fls. 086. Registro em: 10 jun. 1840a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Judiciário.

ILHÉUS. Cartório de Registro de Notas. *Livro de notas do Tabelionato de Ilhéus*. Escritura de contrato de arrendamento. Lv. 09. fls. 102. Registro em: 10 out. 1840b. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Judiciário.

ILHÉUS. Cartório de Registro de Notas. *Livro de notas do Tabelionato de Ilhéus*. Escritura de compra e venda. Lv.10. fls. 046. Registro em: 21 mar. 1842. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Judiciário.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Adelina Sellman*. Registro em: 13 mar. 1876b. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 07.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão*. Registro em: 30 ago. 1886c. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc.09.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Carlos Stephani Hohlenwegner*. Registro em: 20 abr. 1886a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 10.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Domingos Alves dos Reis*. Registro em: 07 mar. 1862. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 8.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Genésio Dias de Castro*. Registro em: 13 nov. 1886b. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 11.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de João Baptista Homem Del Rey*. Registro em: 09 jun. 1884. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ).

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra*. Registro em: 17 set. 1856. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de Joaquim Lopes da Silva*. Registro em: 24 abr. 1866. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 06.

ILHÉUS. *Juiz Municipal. Inventário de José Antônio Coutinho*. Registro em: 13 abr. 1869. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 741, Maço 1206, Doc. 02.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de José Antônio de Guimarães Bastos*. Registro em: 10 fev. 1875a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de José Furtado da Silva*. Registro em: 22 nov. 1882. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 03, Cx. 1298, Maço 1767, Doc. 05.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de José Semeão Moreno dos Reis*. Registro em: 09 jul. 1881a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Lourenço Dias Ribeiro*. Registro em: 30 jun. 1879. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 01.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Luiz Adami*. Registro em: 28 maio 1887. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 18.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Major Joaquim José de Oliveira*. Registro em: 30 out. 1875b. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Maria da Piedade Melo e Sá*. Registro em: 12 jul. 1876a. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey*. Registro em: 28 fev. 1861. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Maria Luiza da Santíssima Trindade*. Registro em: 09 out. 1850. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 08.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Mariana Joaquina de Queirós Caldas*. Registro em: 16 set. 1878b. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 750 Maço 1216, Doc. 07.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Pedro Gonçalves de Vasconcelos Guimarães*. Registro em: 05 mar. 1881b. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 757, Maço 1223, Doc. 03.

ILHÉUS. Juiz Municipal. *Inventário de Tito Galião*. Registro em: 07 ago. 1871. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária (SJ). Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 11.

MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. *Afro-Asia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21010>. Acesso em: 28 out. 2018.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio de aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00073.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, Leandro Dias dos. *Devo que pagarei: comércio e crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do Oitocentos*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2005.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

Recebido em: 08 de abril de 2020

Aprovado em: 13 de agosto de 2020